

A LEI 11.645/08 E O ENSINO DE ARTES: pesquisa, formação docente e práticas educativas

THE LAW 11.645/08 AND THE ART TEACHING: research, teacher's formation and educational practices

LA LEY 11.645/08 Y LA ENSEÑANZA DE LAS ARTES: investigación, formación docente y prácticas educativas.

**Clarissa Lopes Suzuki
Maria de Paula Pinheiro
Sumaya Mattar**

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar algumas análises e reflexões a respeito das experiências e dos conteúdos advindos da realização do “I Ciclo de Conferências em Artes e Educação: A Lei 11.645/08 - Perspectivas Indígenas e Afro-brasileiras” para a prática docente na escola e as pesquisas desenvolvidas nas áreas de arte e educação. O ciclo foi realizado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), no segundo semestre de 2018, tendo como principal objetivo contribuir com a formação de professores de Arte e de disciplinas correlatas, bem como de artistas, pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação, no que se refere a temas e questões relacionados às relações étnico-raciais na educação e abordagem da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas, como desdobramentos das leis 10.639/03 e 11.645/08, que incluem no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Abstract: This paper aims to present some analyzes and reflections regarding the experiences and contents from the “I Ciclo de Conferências em Artes e Educação: A Lei 11.645/08 - Perspectivas Indígenas e Afro-brasileiras” (1st Conference cycle on Arts and Education: Law 11.645/08 - the Indigenous and Afro-Brazilian Perspectives) for teaching at school and research on art and education. The cycle was held at the School of Communications and Arts of the University of São Paulo (ECA / USP), in the second semester of 2018, with the main objective of contributing to the Art teachers formation and related disciplines, as well as artists, researchers, undergraduated and graduated students, regarding themes and issues related to ethnic-racial relations in education, addressing the Afro-Brazilian and indigenous history and culture, as a result of the 10.639/03 and 11.645/08 Laws, which include in the official educational curriculum the mandatory study of Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture.

Resumen: Este texto tiene como objetivo presentar algunos análisis y reflexiones sobre las experiencias y los contenidos de la realización del "Ciclo de Conferencias en Artes y Educación: La Ley 11.645/08 - Perspectivas indígenas y afrobrasileñas" para la práctica docente en la escuela y las investigaciones realizadas en las áreas de arte y educación. El ciclo se llevó a cabo en la Escuela de Comunicaciones y Artes de la Universidad de São Paulo (ECA/USP), en la segunda mitad de 2018, con el objetivo principal de contribuir con la formación de profesores de arte y disciplinas relacionadas, además de artistas, investigadores y estudiantes de pregrado y posgrado, en lo que se refiere a cuestiones y búsquedas relacionadas con las relaciones étnico-raciales en educación y en la historia de las culturas afrobrasileñas e indígenas, como desarrollo de las leyes 10.639/03 y 11.645/08, que incluyen en el currículum oficial de las redes educativas la obligación del tema de la Historia y Cultura Afrobrasileña e Indígena.

Palavras-chave: Lei 11.645/08; Arte/Educação; Formação Docente; Currículo; Práticas Educativas; Relações Étnico-raciais.

Keywords: Law 11.645/08; Art Education; Teachers Formation; Curriculum; Educational Practices; Ethnic-racial Relations.

Palabras clave: Ley 11.645/08; Educación Artística; Formación Docente; Currículum; Prácticas Educativas; Relaciones Étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639, alterou a LDB - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevendo o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica. Em março de 2008, com a promulgação da Lei 11.645/08, ocorreu uma nova alteração na LDB, incluindo no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A Lei prevê que o conteúdo programático dessa temática seja ministrado no âmbito do currículo escolar, em especial nas áreas de arte, literatura e história brasileiras, abrangendo “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”¹.

A Lei 11645/08 traz implicações diretas à formação inicial e continuada de professores, em especial de História, Língua Portuguesa e Arte, bem como às pesquisas e às políticas públicas na área de educação, impondo a urgência de iniciativas que façam frente à ausência e insuficiência de programas e espaços de formação que se proponham a discutir e aprofundar currículos e práticas educativas com enfoque étnico-racial no ensino das artes. Foi com esse propósito que, em 2018, a partir de discussões e pesquisas desenvolvidas no âmbito do GMEPAE - Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa em Arte e Educação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), propusemos a realização do “I Ciclo de Conferências em Artes e Educação: A Lei 11.645/08 - Perspectivas Indígenas e Afro-brasileiras”.

Este artigo analisará e apresentará alguns resultados e desdobramentos das experiências e dos conhecimentos potencializados por esta iniciativa para a prática docente na instituição escolar e para pesquisas desenvolvidas nas áreas de arte e educação.

¹BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 20 de maio de 2020.

METODOLOGIA

O “I Ciclo de Conferências em Artes e Educação: A Lei 11.645/08 - Perspectivas Indígenas e Afro-brasileiras” foi realizado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no segundo semestre de 2018, em meio a um conturbado processo de eleições presidenciais no Brasil, tendo como principal objetivo contribuir com a formação de professores de Arte e de disciplinas correlatas, bem como de artistas, pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação, no que se refere a currículos, políticas públicas e epistemologias fundamentadas em perspectivas indígenas e afro-brasileiras, em diálogo e como desdobramento das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

O evento foi proposto e organizado pelo GMEPAE – Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa em Arte e Educação, com o apoio do PPGAV - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, ambos da ECA/USP, em parceria com a SME - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, via Diretoria Regional de Ensino do Butantã (DRE-BT), sendo aberto à ampla participação do público de forma gratuita. A parceria com a SME/SP (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo) garantiu que o Ciclo fosse reconhecido como política pública de formação continuada de professores, sendo que a grande maioria dos educadores participantes era da Educação Básica e Pública. O evento foi realizado no período de agosto a dezembro de 2018, contando com a participação de 637 pessoas presencialmente e 1168 à distância, via transmissão online pelo IPTV USP.

No total, foram realizadas dez mesas de conferências, cujos temas representam questões fundamentais relacionadas à abordagem das histórias e das culturas afro-brasileiras e indígenas, desde uma perspectiva antirracista², na Educação Básica e no Ensino Superior. As mesas foram compostas por pesquisadores, artistas, professores da rede pública de ensino, mestres de culturas tradicionais e representantes de movimentos sociais e culturais, que expuseram e debateram os temas propostos, a partir de suas pesquisas, reflexões e experiências. A seguir, apresentamos um breve resumo dos temas e questões abordados em cada conferência do Ciclo.

A mesa “Narrativas decoloniais e educação antirracista” foi mediada por Fátima Santana Santos (UFSB/BA) e teve a participação de Claudia Miranda (UNIRIO/RJ) e Janeide Sousa Silva (Creche Central da USP). A conferência também contou com a participação de Waldir Dicá e Maria Helena Embaixatriz (Embaixadores do Samba Paulistano e Fundadores da Velha Guarda da Sociedade Rosas de Ouro), que realizaram a

² Por educação antirracista compreendemos todo o pensamento e ação pedagógica que têm como objetivo explícito o combate ao racismo, em suas múltiplas formas de manifestação (epistêmica, religiosa, territorial, institucional, interpessoal etc.).

abertura do ciclo com uma apresentação que contemplou suas histórias de vida e suas experiências envolvendo a história do samba em São Paulo. A mesa abordou o movimento latino-americano da decolonialidade³ e a sua articulação em países como Colômbia, Brasil e Cuba, apresentando desdobramentos e contribuições desse movimento para o campo da educação e para a criação de pedagogias alicerçadas em processos coletivos e colaborativos no âmbito da formação de professores/as. A professora Janeide Sousa apresentou e discutiu projetos pedagógicos desenvolvidos na Educação Infantil fundamentados em uma educação antirracista e intercultural, propondo o cruzamento entre histórias, brincadeiras e saberes indígenas e afro-brasileiros com as vivências e experiências de crianças da Creche Central da Universidade de São Paulo.

A mesa “Políticas públicas para uma educação étnico-racial e as aulas de Arte” contou com a participação de Rafael Silva (SME/SP) e Ana Lúcia Nascimento (EMEF Professor Henrique Mélega), com a mediação de Susete Rodrigues (SME/SP). Esta mesa apresentou um panorama histórico das políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais e os principais desafios para a sua implementação no âmbito da Educação Básica e do Ensino Superior, discutindo o desenvolvimento das ações do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NERER) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e os seus impactos na formação continuada de professores/as e nas práticas escolares da rede municipal de ensino.

A mesa “Cosmovisões indígenas e a Lei 11.645/08” teve como convidados Casé Angatu Xukuru Tupinambá (UESC e PPGER-UFSB-CJA/BA) e Cristina Morales (EMEF Desembargador Amorim Lima), com a mediação de Silmara Cardoso Guajajara (CEU Butantã). Os participantes apresentaram experiências e reflexões acerca de conceitos, conteúdos e metodologias fundamentados em cosmovisões indígenas, propondo diálogos e problematizações para o campo das artes e da educação. Foram relatadas experiências pessoais e profissionais em relação às questões dos povos originários do Brasil no âmbito da Educação Básica e do Ensino Superior, enquanto desdobramento da Lei 11.645/08.

A mesa “Pedagogia e as rodas na escola” teve como participantes Allan da Rosa (FE/USP), Érica Mariposa (EMEF Desembargador Amorim Lima) e o Mestre Alcides de Lima Tserewaptu (CEACA), com a mediação de Maria José Menezes (Núcleo de Consciência Negra na USP). Na abertura da mesa, a mediadora Maria José de Menezes apresentou o

³A decolonialidade é um projeto cotidiano a longo prazo e em fluxo contínuo formulado por pensadores e educadores latino-americanos, que faz frente à colonialidade, enquanto padrão de poder que emergiu do colonialismo moderno e se mantém nas culturas, nas instituições educacionais, no senso comum, na autoimagem e na constituição do nosso imaginário.

projeto político e pedagógico do Núcleo de Consciência Negra, trazendo contribuições para discutir e refletir sobre políticas públicas e ações afirmativas voltadas para jovens negros/as e de baixa renda na universidade pública. O escritor e historiador Allan da Rosa trouxe reflexões acerca do ensino da história e das culturas negras a partir do espectro epistemológico de “Pedagoging, Autonomia e Mocambagem” (Editora Aeroplano, 2013). O mestre Alcides de Lima Tserewaptu e a contramestre Érica Mariposa apresentaram histórias de vida e experiências envolvendo o ensino e a aprendizagem da Capoeira em diálogo com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, discutindo práticas educativas fundamentadas em culturas populares de tradição afro-brasileira desenvolvidas em escolas públicas da rede municipal de ensino de São Paulo.

A mesa “Performances afro-ameríndias e a Pedagogia das Encruzilhadas” teve como participantes Luiz Rufino (FEBF-UERJ) e Leno Ricardo Vidal (SME/SP), com a mediação de Aryani Marciano (ECA/USP). Aryani, estudante de licenciatura em Artes Plásticas da ECA/USP, realizou uma intervenção fundamentada em narrativas e epistemologias negras, que interseccionou música, poesia, performance e artes visuais. Na conferência, Luiz Rufino apresentou e discutiu a perspectiva da Pedagogia das Encruzilhadas, um projeto político/poético/pedagógico que encarna as potências de Exu como forma de transgressão dos parâmetros da colonialidade nos domínios do ser e do saber. O educador e artista paraense Leno Vidal falou sobre experiências pessoais envolvendo os povos originários da cidade de São Paulo e o movimento LGBTQI+ e sobre o seu trabalho como docente em escolas públicas da rede municipal de ensino de São Paulo, especialmente a partir de ações educativas desenvolvidas junto à comunidade indígena Pankararu do bairro do Real Parque, na zona sul de São Paulo.

A mesa “Manifestações culturais afro-brasileiras: entre o terreiro e a escola” teve como participantes Paulo Dias (Associação Cultural Cachuera!) e Eleni Souza (FE/USP), com mediação de Glauce Helena Britto (Museu Afro Brasil e Terreirão Cultural). A mesa abordou temas e discussões relacionados aos processos de produção e de transmissão de conhecimento presentes em manifestações culturais afro-brasileiras, especialmente o jongo, o congado e o coco de roda, propondo um diálogo com pesquisas e práticas pedagógicas envolvendo essas tradições na educação escolar e na formação de professores/as.

A mesa “Educação e culturas indígenas em contexto urbano” teve a participação de Jerá Guarani (Aldeia Tenondé Porã) e Cleide Portis (EMEF Desembargador Amorim Lima), com mediação de Silmara Cardoso Guajajara (CEU Butantã). A mesa apresentou e discutiu experiências educativas envolvendo populações indígenas em contexto urbano, em especial,

os povos Guarani Mbya, da aldeia indígena Tenonde Porã, em São Paulo/SP. A professora Cleide Portis apresentou e discutiu experiências educativas envolvendo o ensino de história e culturas indígenas junto a estudantes não-indígenas da EMEF Desembargador Amorim Lima, na zona oeste da cidade de São Paulo.

A mesa “As relações étnico-raciais nas Artes e na Literatura” teve como participantes Giselda Perê (IA-UNESP), Carolina Cortinove (EMEF Almirante Tamandaré) e Felipe Yanez (VOPO – Vozes Poéticas), com a mediação de Vinicius Azevedo (GMEPAE/CAP/ECA/USP). A mesa discutiu o papel da oralidade na formação de professores/as de artes e de estudantes da Educação Básica, propondo uma interlocução entre tradições orais africanas e afro-brasileiras e manifestações contemporâneas de poesia SLAM realizadas em escolas e saraus da zona norte da cidade de São Paulo pelo coletivo VOPO – Vozes Poéticas. Os estudantes que integram o coletivo apresentaram poesias de sua autoria e participaram dos diálogos com o público e com os/as demais convidados/as da mesa.

A conferência “As mulheres no movimento indígena” contou com a participação de Letycia Rendy Yobá Payaya (Movimento Levante Indígena - USP) e Roberta Villa (SME/SP), com a mediação de Silmara Cardoso Guajajara (CEU Butantã). A mesa propôs diálogos entre histórias e experiências de mulheres indígenas que vivem em contexto urbano, a partir de relatos sobre os seus percursos de vida e processos de resgate da ancestralidade indígena. As palestrantes também abordaram o percurso histórico de atuação dos movimentos indígenas na consolidação do marco legal da 11.645/08, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas na Educação Básica.

A décima e última mesa “A lei 10.639/03 em diálogo com o pensamento de Frantz Fanon”, contou com a participação de Deivison Nkosi (UNIFESP) e Marcelo D’Salete (Escola de Aplicação – FE/USP), com a mediação de Rosenilton Oliveira (FE/USP). A mesa abordou as contribuições do pensamento de Frantz Fanon para o campo da educação, com foco nas perspectivas étnico-raciais e com o marco da Lei 10.639/03, estabelecendo um diálogo com a produção de histórias em quadrinhos que tematizam histórias e narrativas negras, a partir dos processos de criação do artista e ilustrador Marcelo D’Salete, especialmente, as obras "Cumbe" (Veneta, 2014) e "Angola Janga" (Veneta, 2017), esta última vencedora do Prêmio Jabuti 2018 na categoria Histórias em Quadrinhos.

CONTRIBUIÇÕES E DESDOBRAMENTOS

A seguir, apresentamos algumas contribuições e desdobramentos do “I Ciclo de Conferências em Artes e Educação: A Lei 11.645/08 - Perspectivas Indígenas e Afro-brasileiras” para pensar e propor a formação inicial e continuada de professores/as e o ensino de artes.

Uma das principais contribuições do Ciclo foi o de reconhecer o histórico e o papel das políticas públicas e ações afirmativas no âmbito da educação para as relações étnico-raciais e o seu impacto na formação de professores/as e nas práticas educativas desenvolvidas em contexto escolar. Todos os encontros contribuíram com este objetivo, porém, as reflexões que puderam ou não transformar as práticas educativas dos participantes ainda são desconhecidas. E apesar dos/as professores/as da Rede Municipal de Ensino de São Paulo terem avaliado todos os encontros considerando sua formação e os diálogos com suas práticas, as reflexões imediatas não revelam os impactos futuros no chão da escola.

A partir das conferências, foi possível conhecer e ampliar formas de desenvolvimento de um trabalho pedagógico mobilizando saberes e práticas relacionados às histórias e às culturas afro-brasileiras e indígenas, a partir de relatos de projetos e experiências protagonizados/as por professores/as em escolas públicas, em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos. Um denominador comum às experiências apresentadas no Ciclo parte do envolvimento da comunidade escolar nos projetos e ações educativas desenvolvidos, integrando e incluindo estudantes, professores/as, funcionários, familiares e/ou moradores do entorno em processos educativos coletivos e colaborativos. As ações educativas extrapolaram os muros da escola, propondo intervenções e articulações com o território onde os estudantes estão inseridos.

Outro ponto importante foi o reconhecimento do papel dos movimentos sociais como fonte de conhecimento para a pesquisa e a ação educativa, em diálogo com a Lei 11.645/08. Esta formulação parte do entendimento de que as diversas formas de expressão e de organização dos Movimentos Negro e Indígena - com suas conquistas, tensões e limites - aprofundam conhecimentos sobre a problemática racial e étnica no Brasil, fornecendo-nos diretrizes e fundamentos para pensar e propor ações educativas politicamente comprometidas com a superação das desigualdades sociorraciais, em uma perspectiva crítica e emancipatória.

Durante os encontros, pode-se conhecer e aprofundar teorias e epistemologias negras e indígenas ampliando as bases metodológicas para pensar e propor a pesquisa e a ação educativa em diálogo com a Lei 11.645/08. As conferências apresentaram e discutiram

referências teóricas e epistemológicas que indagam a primazia de interpretações e produções eurocentradas de mundo e do conhecimento científico, amplamente disseminadas nas teorias e no imaginário social e pedagógico. A partir dessas contribuições, foi possível ampliar e aprofundar referências conceituais e metodológicas que fundamentam e fornecem diretrizes, em uma perspectiva crítica, para pensar e propor a formação inicial e continuada de professores/as, sugerindo alternativas para a superação do colonialismo no ensino de artes, em diálogo com a Lei 11.645/08.

Metodologicamente, destacou-se o reconhecimento do potencial formativo das histórias orais e dos relatos autobiográficos como fonte de pesquisa para pensar e propor ações educativas perspectivadas pela Lei 11.645/08. Através de narrativas baseadas na oralidade, foram compartilhados conhecimentos e experiências protagonizados por professores/as, pesquisadores/as, mestres/as de culturas tradicionais, militantes de movimentos sociais e culturais e estudantes universitários e secundaristas, cujas trajetórias de vida estão intimamente relacionadas ao campo da produção cultural/intelectual e da educação das relações étnico-raciais, em diferentes realidades e contextos.

A partir dos diálogos cruzados, pode-se conhecer e refletir a respeito dos processos de criação e produções artísticas baseadas em epistemologias afro-brasileiras e indígenas, que estabelecem outras formas de expressão e transmissão de conhecimento, cujas genealogias e percursos criativos são distintos das artes ocidentais e das pedagogias dominantes nos currículos e práticas educativas desenvolvidas em espaços formais de ensino. O entendimento da diversidade das produções culturais dos grupos representados pela Lei 11.645/08, suas opções estéticas, seus modos de funcionamento e de contestação, suas formas de organização social, entre outros aspectos, constitui um dos principais desafios aos educadores e educadoras, bem como às instituições de ensino e aos órgãos definidores de políticas públicas para a área da educação.

REFLEXÕES E QUESTIONAMENTOS

A seguir apresentamos algumas reflexões e questionamentos potencializados pelo Ciclo para pensar e propor a formação de professores/as e o ensino de artes em diálogo com a Lei 11.645/08.

Apesar do compartilhamento de muitas experiências significativas desenvolvidas em contexto escolar como desdobramentos da Lei 11.645/08, grande parte dos relatos apresentados ainda são frutos de ações pontuais de professores/as, o que revela a insuficiência de políticas públicas e programas de formação inicial e continuada de

professores/as para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas na Educação Básica que garantam que esses conhecimentos integrem os projetos políticos e pedagógicos das escolas. Reconhecemos que programas de formação continuada vêm sendo implementados pelas redes públicas de ensino, com comprovado impacto nas práticas educativas de professores/as, porém estas iniciativas ainda carecem de continuidade política e investimento público que garantam a sua consolidação e ampliação.

O racismo e a intolerância religiosa são apresentados com frequência em relatos de professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as como obstáculos para implementação da Lei 11.645/08 nos currículos e práticas educativas desenvolvidas em contexto escolar. A problemática do racismo nos impõe a necessidade de análise crítica ao sistema educacional (que abrange, entre outros dispositivos, os currículos, as práticas pedagógicas, os materiais didáticos e as políticas de gestão educacional) enquanto domínio de poder forjado a partir de múltiplos processos de aniquilamento - desvalorização, negação ou ocultamento - do legado social, cultural, político e intelectual das populações e grupos afetados pelo colonialismo, concorrendo para o seu rebaixamento da condição de sujeitos de conhecimento. A demanda por reparação pelos danos simbólicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos pelas populações indígenas e afrodescendentes, em virtude das inúmeras políticas de interdição em domínios representativos de poder e de influência na formulação de políticas públicas, insere-se no contexto do estabelecimento do marco legal da 10.639/03, e sua posterior revisão em 2008 com a promulgação da Lei 11.645, impondo-se como realidade que deve ser combatida e superada em todos os níveis e domínios da educação formal (jurídico, pedagógico, administrativo, institucional etc.).

No mesmo sentido, apresenta-se a necessidade de problematizar e ampliar a compreensão sobre arte e sobre ensino de arte a partir de horizontes estéticos, filosóficos e pedagógicos fundamentados em saberes e experiências protagonizados pelos grupos enfocados pela Lei 11.645/08, especialmente, no que se refere a sua fragmentação em campos especializados de expressão (dança, teatro, música e artes visuais). Compreendemos que o desafio decorre, principalmente, da necessidade de se desfazerem equívocos epistemológicos que deturpam e reduzem a complexidade de suas cosmovisões, ao lançarem mão de modos de inteligibilidade universalistas, incapazes de reconhecer que o legado histórico, artístico e intelectual dos grupos representados pela Lei se apresenta sob múltiplas faces – inapreensíveis a modos de racionalidade que se pretendem únicos – e que, apesar das diferenças que guardam entre si, se cruzam abrindo infinitas possibilidades de diálogo.

Diante dessas reflexões, aponta-se ainda a necessidade de criar dispositivos legais e metodológicos para inserção de saberes tradicionais na formação inicial e continuada de professores/as, garantindo que os mesmos sejam ministrados pelos próprios grupos detentores dos conhecimentos e experiências enfocados pela Lei 11.645/08, desfazendo hierarquias nos campos do saber e do poder, tanto no que diz respeito à inserção desses grupos nos quadros docentes, quanto a sua participação na construção e consolidação de programas curriculares em instituições de Ensino Superior. Algumas experiências e programas desenvolvidos em universidades públicas federais nos oferecem contribuições significativas neste sentido, como o Programa “Encontro de Saberes nas Universidades Brasileiras”⁴, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa da Universidade de Brasília, e o “Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais”⁵, da Universidade Federal de Minas Gerais, ambos com o objetivo de introduzir as artes e os ofícios tradicionais no Ensino Superior, sob a orientação de mestres/as de culturas tradicionais diversas, que atuam em colaboração com docentes universitários, abrindo a universidade para experiências de ensino e de pesquisa pluriépistêmicas.

Somam-se a estas considerações iniciais as análises e avaliações sobre o desenvolvimento do Ciclo apresentadas por professores da rede municipal de ensino de São Paulo e por integrantes do GMEPAE - Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa em Arte e Educação (CAP/ECA/USP), que nos fornecem subsídios para pensar e propor a continuidade do projeto. As principais considerações dizem respeito a: repensar o formato do Ciclo contemplando oficinas teórico-práticas e vivências em espaços culturais e territórios que representam marcos históricos e memoriais indígenas e negros da cidade de São Paulo; organizar o programa do Ciclo por eixos temáticos (e não por linguagens artísticas); integrar movimentos sociais que atuam na Universidade de São Paulo (Levante Indígena e Núcleo de Consciência Negra) na comissão de organização do Ciclo, compartilhando pautas, demandas e proposições que considerem, de forma horizontal, as perspectivas e urgências dos diferentes núcleos para pensar e propor, conjuntamente, a formação continuada de professores/as, em diálogo com a Lei 11.645/08; dar continuidade à parceria com a Diretoria Regional de Ensino do Butantã (SME-SP), garantindo que o projeto se consolide como política pública de formação continuada de professores/as, aproximando o ensino, a pesquisa e as ações de extensão da universidade à escola pública.

⁴ Disponível em: <https://encontrodesaberes.tumblr.com/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.saberestracionais.org/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

É importante mencionar que, no âmbito da Universidade de São Paulo, a vivência da experiência de organização e acompanhamento do “I Ciclo de Conferências em Artes e Educação: a Lei 11.645/08 – Perspectivas Indígenas e Afro-brasileiras” têm gerado transformações significativas nas pesquisas e nas ações educativas desenvolvidas pelos membros do GMEPAE, na medida em que a perspectiva decolonial foi incorporada ao trabalho do grupo. Outras importantes ressonâncias podem ser observadas no âmbito da extensão e do ensino de graduação, por exemplo, como a criação do curso de extensão Arte e Educação para Professores Módulos I e II, cuja primeira turma, composta por professores/as de escolas públicas, teve início no ano seguinte ao do Ciclo⁶, e a criação da disciplina “História do Ensino da Arte no Brasil: trajetória política e conceitual e questões contemporâneas”, obrigatória para os estudantes do curso de licenciatura em Artes Visuais da ECA/USP, que, por meio da metodologia da História Oral, desenvolve estudos e discussões relacionados à Lei 11645 e investiga experiências de aprendizagem desenvolvidas em contextos não escolares, como o meio artesanal, a cultura popular e os movimentos sociais.⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve relato de experiência buscamos apresentar e discutir conhecimentos e questões pertinentes ao ensino de artes e à formação de professores/as perspectivados pela Lei 11.645/08, refletindo sobre contribuições e desdobramentos do “I Ciclo de Conferências em Artes e Educação: a Lei 11.645/08 - Perspectivas Indígenas e Afro-brasileiras”, realizado pelo GMEPAE - Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa em Arte e Educação (CAP/ECA/USP), entre agosto e dezembro de 2018. As impressões e reflexões iniciais apresentadas neste relato estão aprofundadas em uma publicação organizada pelo grupo de pesquisa supracitado, reunindo as contribuições e reflexões dos/as participantes envolvidos/as na realização do Ciclo. Reconhecemos que a comunicação desta experiência no II Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, realizado no período de 30 de maio a 01 de junho de 2019, e os diálogos estabelecidos a partir dela, trouxe possibilidades de ampliação e aprofundamento dos questionamentos e caminhos para pensar e propor a continuidade e a consolidação do

⁶ O curso, coordenado pela Prof^a Dr^a Sumaya Mattar, foi criado pelo GMEPAE com o objetivo de oferecer aos professores um espaço de estudo, pesquisa, reflexão, experimentação e criação a partir de uma perspectiva decolonial que faça frente aos desafios contemporâneos da arte na educação escolar. Da equipe docente do curso fazem parte professores da USP e pesquisadores do próprio GMEPAE.

⁷ A disciplina é ministrada pela Prof^a Dr^a Sumaya Mattar, com a colaboração do Prof. Dr. Guilherme Nakashato. Teve seu primeiro oferecimento em 2019.

projeto enquanto ação de formação continuada de professores/as estabelecido em diálogo e como desdobramento da Lei 11.645/08.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 2003.

Lei Federal 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 2008.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: junho, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SANTOS, Carlos José F. História e Culturas Indígenas - Alguns Desafios no Ensino e na Aplicação da Lei 11.645/2008: De Qual História e Cultura Indígena Estamos Falando?. In: Revista História & Perspectiva do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia: UFU, 2015.